

focalizar territórios, áreas urbanas e sociais específicas, pode-se fazer emergir um grau de homogeneidade suficiente que permita a adoção de ações específicas. Uma rede de serviços e apoio que pode ser mobilizada pelos agentes públicos é um requisito essencial (Carneiro, 2005).

Sen (1999), como já foi mencionado neste trabalho, considera fundamental o desenvolvimento de estratégias de intervenção que focalizem o desenvolvimento das capacidades das mulheres, pois aposta em seu potencial como agente de mudança. Enfatiza a necessidade de superar a tendência de se conceber as mulheres como objetos passivos que necessitam de auxílio. O autor esclarece que as mulheres são agentes ativos de mudança pois possuem uma capacidade enorme de promover transformações na sociedade que podem melhorar, não somente suas vidas, mas a vida dos homens também.

3.5 Análise da pobreza a partir daqueles que são pobres

Leite (2006) afirma que, ao se pensar a pobreza a partir do *pressuposto da falta*, isto é, a partir daquilo que o pobre não tem, a tendência é elaborar políticas sociais assistencialistas. Por outro lado, ao se pensar o pobre a partir de sua positividade concreta, a tendência é a elaboração de políticas sociais que o colocam como sujeito de sua história.

Yazbek (2004) chama atenção para a falta de conhecimento adequada sobre o pobre:

Acrescente-se a este quadro o pouco acúmulo (às vezes quase ausência) de conhecimentos sobre a população-alvo da Assistência Social para suprir algumas de suas necessidades. Necessidades que, histórica e socialmente produzidas, não se limitam a objetos materiais, referindo-se também a outros campos, pois trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças. Quem são? Em que territórios habitam? O que pensam, julgam e fazem? Como constroem uma visão de mundo e de si mesmo? Como tantas vezes, tornam “seus” projetos e valores que, na realidade, são contra eles? Marcados por um conjunto de carências, desqualificados pelas condições em que vivem e trabalham, enfrentando cotidianamente o confisco de seus

direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos e na filantropia provada, alternativas para sobreviver (YASBEK, 2004, p. 22).

(LEITE, 2006) apontam para algumas questões essenciais no combate à pobreza: quem são os pobres? Como são vistos pelos não pobres? Como esse olhar impacta a identidade dos pobres? Para esse autor a negligência quanto a essas questões, ao se elaborarem estratégias de intervenção, dificulta sua eficácia.

Para Leite (2006, p. 10), é fundamental entender estas questões, pois, “[...] diferentes representações da pobreza e dos pobres conduzem a atitudes e valores também variáveis em relação ao assunto”. Inclui-se, neste aspecto, a condução e a operacionalização das políticas sociais.³⁰

Entretanto, tem predominado um olhar em que predomina o pressuposto da falta, ao se tratar dos pobres. Para Lima (2002), a construção da idéia de pobreza no Brasil expressa uma visão de classe. É um discurso baseado em estereótipos e imagens, em que dois mundos se confrontam: as elites, cultas, modernas, representam a ordem, a moral, o trabalho, a obediência à lei, o modelo ideal de família, enquanto os pobres *são desordeiros, desrespeitam as leis, não seguem as regras do mundo do trabalho, não têm princípios morais, devem ser reprimidos e controlados para não comprometer a ordem*.

Para Leite (2006), é importante que os profissionais da política social considerem não apenas a pobreza em si, mas a forma como ela é representada, pois esta pode influenciar a relação que os profissionais estabelecem com os beneficiários dessas ações. O mesmo autor aponta para dimensões representacionais da pobreza no Brasil, que incluem temor aos pobres; a visão destes como perigosos; um vínculo entre pobreza e criminalidade; imagem dos pobres como carentes, desprotegidos, passivos, desamparados etc.

Desta forma, domina a representação dos pobres com ênfase no que lhes falta e não naquilo que são e que possuem.

Se, de acordo com os valores que esses profissionais [da Política Social] trazem consigo, os pobres são (ou aproximam-se de ser) vistos como não-sujeitos e a realidade destes é pensada, acima de tudo, com base naquilo que eles *não têm*, então tais profissionais estarão caminhando a passos largos para o *assistencialismo*. Buscarão *ajudar* aqueles que são vistos como *fracos* e *impotentes* diante da realidade. Procurarão propiciar-lhes auxílio, e não formular estratégias e desenvolver ações práticas que possam contribuir para que conquistem direitos (LEITE, 2006, p.19).

Segundo o autor, é necessário que os profissionais de políticas públicas procurem conhecer e levar em conta as representações sociais da pobreza e dos pobres. Negligenciar este fato prejudica o trabalho dos profissionais e um conhecimento sobre a realidade em questão, o que não é um fato desprezível, na medida em que “[...] há uma correlação positiva entre a eficácia das políticas sociais e o grau de conhecimento das populações usuárias” (LEITE, 2006, p. 20).

Portanto, o olhar que se tem sobre o pobre vai influenciar a relação que os profissionais (que trabalham com políticas e programas sociais) estabelecem com os indivíduos que integram as populações atendidas: se são tratados como sujeitos de direitos ou como objetos das políticas sociais; se estabelecem relações paternalistas e tutelares ou se estimulam sua autonomia e seu protagonismo; se estão sujeitos às decisões governamentais e técnicas ou se têm a oportunidade de participar dos espaços de negociação, expressando suas demandas e necessidades.

O que se pretende mostrar é que a maneira como a pobreza e os pobres são concebidos vai influenciar o formato e o perfil das políticas sociais (CARNEIRO, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões conduziram a presente pesquisa: Quais são as concepções dominantes de pobreza e de pobre? Quais são as implicações desses vários olhares na adoção de estratégias e políticas visando enfrentar a pobreza?

Para responder a essas questões, foi preciso realizar uma análise da trajetória histórica da pobreza, bem como de conceitos, determinantes e causas dessa condição social na atualidade. Assim, este trabalho evidencia grande diversidade de informações sobre o assunto, que, às vezes se complementaram, às vezes se opuseram, em muitas instâncias geraram polêmicas.

Ao contemplar as transformações históricas da pobreza e suas representações sociais, ficou mais claro o entendimento de sua natureza multifacetada e complexa. Essa revisão contribuiu também para analisar as concepções de pobreza e como elas podem influenciar as estratégias de intervenção adotadas para seu enfrentamento.

Os estudos indicam que as representações sociais da pobreza sofreram mudanças significativas. Na Idade Média, a pobreza era uma condição social vista como natural e com raízes no divino, isto é, vista como vontade de Deus. Prevalecia, naquele período, a proteção próxima, por meio da qual a coletividade assumia, de algum modo, responsabilidade por todos os seus membros. O pobre fazia parte de uma hierarquia na qual, apesar de sua condição extremamente precária, era protegido e reconhecido em sua necessidade de pedir proteção. Em contrapartida, o rico tinha o dever de fornecê-la.

A Igreja, naquele período, impôs sua autoridade no gerenciamento da pobreza. As primeiras tentativas de oferecer assistência ao pobre foram assumidas por conventos, hospitais e confrarias.

Desta forma, nas sociedades medievais, os pobres eram aceitos como parte integrante e importante dessa formação social, ainda que muito inferiorizados. A pobreza era vista como algo inquestionável, inelutável, de que não se poderia fugir e sobre o que não se tinha controle. A estrutura rígida e a interdependência entre os membros da sociedade impediram que os pobres e a pobreza, na Idade Média, fossem vistos como fatores de desestabilização ou como um problema social.

Acontecimentos drásticos, como migrações forçadas e transformações na estrutura econômica, política e social entre outros, marcam a transição da Idade Média para a Modernidade e mudaram a maneira de a pobreza ser representada. Com a decadência do feudalismo, cresce o contingente da força de trabalho excedente e aumenta o número de pobres. A pobreza se torna móvel (migração em busca de trabalho), o pobre não é mais o vizinho, mas, com frequência, é um desconhecido, um estranho que não tinha vínculos estabelecidos com a coletividade em que então passava a estar inserido. Por isto, era visto como uma ameaça, considerado perigoso e indesejável.

O pobre perdeu seu lugar, contando apenas com sua força de trabalho para sobreviver. A mercantilização da vida em sociedade substituiu as relações em que prevaleciam os laços familiares e pessoais.

Esses pobres foram estigmatizados por sua condição, considerados culpados, concebidos como preguiçosos, vadios, criminosos, entre outras formas de identificação que começaram a ser utilizadas para distingui-los do resto da sociedade.

Os poderes locais se tornaram responsáveis pela assistência aos pobres, substituindo os conventos e as confrarias. A assistência (que se combinava com a repressão) oferecida refletia a necessidade de combater acontecimentos sociais e econômicos tidos como desfavoráveis, não sendo mais motivada por códigos familiares ou morais. Com o agravamento da pobreza e o surgimento de instituições de caridade, surgiram tentativas para explicar as causas da pobreza, para ordenar e categorizar a pobreza.

Neste período, as tentativas para intervir na pobreza expressavam uma variedade de estratégias, dentre as quais, medidas que visavam expulsar o pobre da sociedade, evitar que circulasse pelas estradas. Essas iniciativas foram apoiadas por legislações e incluíam banimento, deportação para colônias e hospitais, prisão, chicotadas e condenação à morte.

Com o amadurecimento da Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, o pobre continuou sendo visto como uma ameaça e um perigo social, e a pobreza inquietava as classes dominantes e as elites.

Com a consolidação do capitalismo, os trabalhadores são submetidos a longas jornadas de trabalho, péssimos salários, precárias condições de vida e de moradia, o que gera o pauperismo. Os pobres não são mais os vadios ou preguiçosos que não queriam trabalhar, mas, em sua maioria, são trabalhadores excluídos das promessas do mercado.

Com o predomínio do pensamento liberal, no Século XIX, a pobreza foi entendida como questão individual, e as necessidades dos pobres continuaram sendo ignoradas. O indivíduo foi responsabilizado por sua condição social e deveria garantir seu próprio desenvolvimento e independência, assegurar sua proteção e superar suas dificuldades.

A filantropia, nesse período, foi a forma privilegiada no enfrentamento dos problemas sociais. Todavia, como a pobreza era concebida como resultado dos azares da vida, uma questão moral e de capacidade ou incapacidade de cada um para lidar com seu destino, a tendência das atividades filantrópicas era de inferiorizar o pobre. Essa maneira de pensar a pobreza acompanhou a contemporaneidade.

Todavia, na contemporaneidade, o entendimento da pobreza começa a ser mudado. Num primeiro momento, os trabalhadores se organizaram coletivamente e exigiram respostas do Estado para o atendimento de suas

necessidades sociais. Ocuparam espaços políticos, forçando a burguesia a reconhecer os seus direitos de cidadania política e social.

A pressão coletiva dos trabalhadores contribuiu para o surgimento do Estado mediador sob a forma e nome de *Welfare State*. Conforme Behring (2000) e Esping-Anderson (1995), o *Welfare State* surgiu, em parte, como resposta à questão social e acontecimentos catastróficos, como a crise financeira e a grande depressão econômica do final da década de 1920 e início dos anos 1930. Representou uma tentativa de *controlar* a democracia.

O *Welfare State* envolveu uma responsabilidade do Estado em garantir o bem-estar dos cidadãos. Beneficiou, de forma mais imediata, as classes médias, aumentando a produtividade, o consumo e a renda salarial (ESPING-ANDERSON, 1995). Não houve uma redução da pobreza, mas, segundo Castel (1998), houve a esperança e promessa de melhoras.

As demandas crescentes por proteções sociais aumentaram os gastos públicos, em vez da diminuição prevista. Além disso, acontecimentos como dívidas públicas e privadas, e a primeira grande recessão catalisada pela alta dos preços do petróleo colocaram o *Welfare State* as políticas sociais em xeque (BEHRING, 2000; HOBBSBAWM, 1995).

A insatisfação com o Estado mediador abriu espaço para o ressurgimento das idéias liberais, sob a forma de neoliberalismo, na década de 1970. De acordo com Esping-Anderson (1995), Telles ([199-?]), Behring (2000) e Duménil; Lévy (2005), o neoliberalismo expressa uma concepção monetarista de economia, priorizando reformas fiscais em detrimento da garantia dos direitos.

A pobreza se agravou com o predomínio das idéias neoliberais. As iniciativas orientadas por esta lógica trouxeram poucas vantagens e mudanças no enfrentamento da pobreza, tanto para os países desenvolvidos quanto para os países da periferia do capitalismo.

A pobreza, na contemporaneidade, não se restringe a uma única esfera do mundo. Ela se expressa de formas diversas e se agravou nos últimos trinta anos, levando alguns autores (NASCIMENTO, 2001; TELLES, 1993) a caracterizá-la como uma *nova pobreza*: uma pobreza que se caracteriza pela substituição da força de trabalho pelas máquinas; pelo fechamento de postos de trabalho; pelo aumento do desemprego; pela crescente exigência de qualificação profissional; pela flexibilização e precarização do trabalho; por baixos salários, falta de proteção social e de garantia de direitos sociais; por políticas sociais de educação e saúde que estão perdendo o seu caráter universal; pelo não-acesso de grande parte da população às políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento básico, segurança pública, bem como às oportunidades sociais, políticas, econômicas e culturais. Uma pobreza gerada pela reestruturação das economias mundializadas que expulsou, e continua expulsando, grande contingente da população do mercado.

Com o objetivo de compreender a pobreza na contemporaneidade, foi feita uma revisão dos conceitos de pobreza, bem como análises sobre as suas causas e sobre os critérios para definir quem se encontra nessa condição.

As definições abrangeram várias esferas, apresentando olhares diversos que incluíram: pobreza como destino inevitável da humanidade; pobreza como atraso econômico e insuficiência de produção; pobreza como resultado do mau gerenciamento do mercado; pobreza como fato inerente ao sistema capitalista que expande e se apóia na concentração da riqueza, da desigualdade e na precarização das relações de trabalho; pobreza como condição indicativa de ausência de diferentes oportunidades, liberdades, direitos etc, tais como: baixo nível de instrução, de qualificação profissional, de rendimentos, de acesso à riqueza gerada pela sociedade, à cultura, às políticas sociais; ausência de uma rede de proteção; pobreza como privação da cidadania e do poder, incluindo a negação de participação em espaços políticos; falta de representação e possibilidade de organização e negociação; condição de vulnerabilidade que coloca o pobre numa posição de submissão e dependência expondo o indivíduo à possibilidade de ser manipulado; condição estigmatizante e

excludente, marcada por um olhar sobre o pobre que o concebe como não-cidadão, desamparado, perigoso, incapaz, uma ameaça, entre outros.

Essa diversidade de conceitos reafirmou que o caráter multifacetado da pobreza contribui para que ela tenha, com conseqüência múltiplas abordagens, diferentes olhares que ampliam a percepção da pobreza.

Esta diversidade se manteve ao se considerarem as abordagens sobre os critérios considerados determinantes de quem se situa na pobreza ou não.

Os resultados deste trabalho indicam que predomina a tendência de abordar a pobreza a partir do critério da renda. Nessas análises, informações relacionadas ao rendimento monetário são priorizadas, resultando no estabelecimento de linhas de pobreza. Tais abordagens parecem permitir, conforme Carneiro (2005), capturar níveis de bem-estar e individualizar lugares vulneráveis, tendo como base a capacidade de satisfazer suas necessidades básicas.

Muitos autores questionam a metodologia dessas linhas de pobreza, pois não capturam a complexidade da pobreza. Não há consenso quanto aos critérios estabelecidos, exibindo discrepâncias. No caso da linha de pobreza tomada como ponto da partida para mensurar a pobreza no Brasil, os critérios utilizados variam: renda *per capita* igual a dois salários mínimos; renda familiar igual a um salário mínimo; renda igual à metade de um salário mínimo ou renda igual até um oitavo do salário mínimo, dentre outros.

No caso da linha de pobreza internacional, definida pelo Banco Mundial a metodologia é também questionada. As críticas se concentram em três pontos: o critério de um dólar por dia foi escolhido de uma maneira *ad hoc* e não corresponde a uma interpretação específica a respeito da insuficiência de recursos para satisfazer as necessidades humanas básicas; não foram considerados os custos de bens que são relevantes às necessidades de consumo dos pobres e aqueles que não são consumidos pelos pobres; os

dados são limitados, dando uma falsa aparência de precisão que impede uma estimativa dos níveis da pobreza mundial.

As limitações identificadas no conceito de pobreza, a partir da renda, possibilitaram o surgimento de abordagens mais amplas. Uma destas é o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas, que focaliza o acesso, ou falta do acesso, aos serviços e produtos consumidos. Todavia, uma dificuldade que se revelou neste enfoque se ligou à dificuldade de definir aquilo que constitui as necessidades básicas insatisfeitas, especialmente frente ao fato de que estas podem se diferenciar por região e também estão relacionadas aos aspectos culturais e outros fatores que condicionam a pobreza. Este enfoque, assim como o enfoque baseado na renda, considera a pobreza a partir de padrões de privações materiais.

Ao medir o nível de privação, deve-se levar em conta a ausência daquilo que um indivíduo tem razão para valorizar, conforme as configurações de sua sociedade e as características que a influenciam. Quando se fala de carências, fala-se, entre outras coisas, da ausência de pertencimento, participação, proteção social, acesso a políticas sociais e econômicas que atendam aos interesses e necessidades das populações empobrecidas. Emerge a natureza relativa da pobreza, que incluía renda e os recursos materiais, mas também se estende para além deles. Vários autores consideram que aquilo que pode indicar privação numa sociedade não tem o mesmo significado em outra.

Definir a pobreza de maneira simples ou restringi-la a um único eixo contém em si o risco de banalizar a importância dos processos globais e específicos de cada país que contribuem para sua existência: processos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Entretanto, existe uma diferença significativa entre aqueles que fazem uma análise das causas da pobreza numa perspectiva crítica e aqueles que defendem o mercado e acusam a ineficiência do Estado pelas causas da pobreza. Essas diferenças terão reflexos nas estratégias de intervenção. Ao planejar e implantar políticas sociais alguns governantes defendem os programas de transferência de renda como suficientes para o enfrentamento da pobreza, e outros apontam para a

desarticulação entre as políticas econômicas e sociais, por entender que a raiz da pobreza está nas contradições expressas pela dinâmica do sistema capitalista.

Ao trabalharmos com Sen (1999), algumas considerações foram destacadas: a ausência de liberdades é indicativa da condição da pobreza, pois inibe a capacidade dos indivíduos de operar no meio social, agrava a pobreza e as desigualdades e expõe os indivíduos a situações como analfabetismo, fome, subnutrição, morte prematura, morbidez persistente, entre outras. As capacidades constituem liberdades instrumentais que incluem: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A ausência destas liberdades resulta, freqüentemente, da precariedade dos serviços públicos, negação de direitos, interferência excessiva dos Estados repressivos, tirania, carência de oportunidades econômicas. O autor chama atenção para a existência de outros fatores, além da renda básica, que influenciam a pobreza real e a privação de capacidades, incluindo a idade, os papéis sexuais e sociais, a localização em bairros populosos e pobres, doenças endêmicas e outras condições epidemiológicas sobre as quais as pessoas podem não ter controle ou ter controle limitado.

Desenvolver capacidades para superar os limites impostos aos empobrecidos por sua condição social é fundamental, segundo Sen (1999). A remoção de privações oferece oportunidades reais para que as populações possam ter um papel ativo na melhoria da sua condição.

Sen (1999) chama atenção para a importância de se desenvolver as capacidades das mulheres, seu potencial de auferir renda; encontrar emprego; ter direito à propriedade; ser alfabetizada; participar das decisões dentro e fora da família; participar dos espaços públicos e da vida política, entre outros. A expansão dessas capacidades tem se traduzido empiricamente num aumento significativo em sua sobrevivência; na elevação da posição da mulher; na expansão de seu conhecimento e de toda família, na redução da taxa de

mortalidade infantil, entre outras conseqüências positivas que podem beneficiar o conjunto da sociedade.

Frente a tais informações, considero fundamental desenvolver as capacidades das mulheres como agente de transformação na combate à pobreza. Isto não significa desresponsabilizar o Estado de suas obrigações e responsabilidades. Pelo contrário, indica que as políticas públicas devem levar em consideração esta realidade e se direcionarem para o fortalecimento das mulheres e da dinâmica familiar.

Esta necessidade se reafirmou na medida em que foi se revelando, na pesquisa que embasou este trabalho, que a família tem um papel importante no que diz respeito ao enfrentamento da pobreza. Num primeiro momento, revelou-se que o número de famílias tendo a mulher como chefe cresce. O Censo de 2000 estimou este número em torno de 26%. Concomitantemente, cresce a vulnerabilidade do homem diante da violência, do desemprego, do alcoolismo e das drogas.

Como se afirmou neste trabalho o ganho de poder das mulheres será fundamental no processo de desenvolvimento e no combate à pobreza no Brasil, podendo contribuir para a independência econômica e emancipação social das mulheres e para a melhoria da sociedade como um todo.

Neste trabalho, considero que não se pode perder de vista um olhar crítico, mas deve ser considerado também o caráter multifacetado da pobreza e as experiências e representações dos pobres sobre si e sobre sua condição.

A importância de entender o significado da família para as populações pobres confirma-se, conforme Sarti (2005), ao se considerar que é a família que proporciona uma rede de proteção e que fornece as fontes de identidade e integração social, frente à precariedade das instituições públicas.

A positividade concreta da pobreza e dos pobres, no trabalho de Sarti (2005), não se limita àquilo que é conscientemente tido como importante para tais

sujeitos, mas inclui também aspectos “objetivos” do ser pobre: como os pobres vivem, como se organizam em termos familiares e para o trabalho, como se relacionam entre si e com os outros etc. A autora aponta para a omissão de estudiosos e responsáveis por programas sociais, em relação àquilo que o próprio pobre considera importante para si e para sua família. Ou seja, predomina a prática de se atribuir valores e tentar deduzir aquilo que é importante para o pobre, sem considerar o ponto de vista do próprio pobre, como ele explica e constrói seu mundo.

A autora destaca que a pobreza e as experiências vividas pelo pobre manifestam-se de uma maneira sutil, apresentando nuances que não são evidentes para quem vê “de fora” a realidade daquela condição social.

Ao considerar a maneira segundo a qual os pobres constroem sua vida e sua identidade, emergiu a importância de focalizar as representações sociais que o pobre tem de si mesmo, mas também entender a maneira segundo a qual o não-pobre se coloca em relação ao pobre (LEITE, 2002).

Outro objetivo que acompanhou o desenvolvimento deste trabalho, que era entender como a concepção de pobreza pode influenciar as estratégias de intervenção.

Ao resgatar a trajetória histórica da pobreza na Idade Média, ficou claro que a pobreza era vista como uma condição social natural. Os pobres não eram considerados como algo estranhos para aqueles com quem conviviam ou, mesmo, perigosos. Assim, o pobre e a pobreza eram elementos integrantes “normais” da sociedade. Todavia, da mesma forma como a pobreza era naturalizada, as estratégias de intervenção refletiam tentativas de minimizar o impacto desta condição e não necessariamente eliminá-la, pois era vista como algo inelutável e sobre o que não se tinha controle, já que resultado de vontade divina.

Da mesma forma, também em outros períodos históricos foi sendo identificada uma relação entre conceituação e intervenção no enfrentamento da pobreza,

isto é, a maneira pela qual se concebe a pobreza reflete-se diretamente nas práticas de intervenção adotadas a seu respeito.

Os estudos mostraram que o olhar e a concepção de pobreza dos profissionais e gestores governamentais podem imprimir uma direção às políticas sociais, direção essa que irá considerar ou não a positividade concreta do pobre e da pobreza.

Foi revelado que, em grande medida, as políticas sociais no Brasil pouco consideraram a realidade da pobreza. Em muitos momentos de sua história, o Brasil também acompanhou tendências globais de atender aos interesses econômicos em detrimento do social.

As estratégias de intervenção, em sua maioria, refletiram olhares que consideravam os pobres como desamparados e incapazes, gerando estratégias de intervenção que se basearam em práticas assistencialistas, paternalistas e de trocas políticas. Reforçavam-se relações de dependência e a adoção de políticas de natureza compensatória, dirigidas, exclusivamente, aos grupos mais pobres.

Ao escrever este trabalho, parti do princípio segundo o qual programas compensatórios e programas que oferecem renda mínima não são suficientes no enfrentamento da pobreza, embora sejam necessários para atender às necessidades imediatas das populações em situação de extrema pobreza.

Ao conceber o pobre como objeto passivo das ações estatais ou pensar a pobreza numa perspectiva limitada a partir do pressuposto da falta, o indivíduo será mantido no limite da pobreza por políticas sociais de caráter assistencialistas.

Embora políticas que focalizam a geração de renda possam ser importantes, para romper velhas lógicas e tradições que reforçam políticas com caráter de benesse, pontuais e estigmatizantes, as políticas sociais voltadas ao enfrentamento da pobreza não podem se restringir apenas à dimensão da renda.

Considerar as especificidades e a heterogeneidade das situações em que se apresenta a pobreza exige que os profissionais da política social adotem um alto grau de compromisso em sua prática, reconhecendo não somente a aquela condição social em si, mas também a forma pela qual ela é representada. Um olhar por parte dos profissionais que reconhece a positividade concreta da pobreza e do pobre é fundamental. Tal olhar permitirá que os profissionais estabeleçam uma relação respeitosa com a população atendida, considerando, entre outras coisas, seu ponto de vista e as representações sociais da pobreza e de seus sujeitos.

No percurso da pesquisa em que se fundamentou este trabalho, a natureza multifacetada da pobreza foi se afirmando. Estabelecer políticas sociais apropriadas de combate à pobreza tem como uma de suas condições principais o levantamento criterioso de todas as informações disponíveis acerca da realidade na qual se intervirá.

Para entender esta realidade complexa e diversificada é preciso compreender *as populações atendidas por ações e políticas sociais*. É essencial incluí-las nas estratégias de enfrentamento da pobreza, no sentido de serem ouvidas, de poderem expressar suas demandas e necessidades. Pois, como ficou evidente na trajetória histórica da pobreza, da Idade Média até os dias atuais, o pobre é, com frequência, desconsiderado e ignorado, o que compromete e prejudica a efetividade da qualquer ação.

Ao terminar este trabalho, pude constatar que a pobreza não representa nenhum fenômeno inexplicável. Num mundo onde os limites são superados, onde novos horizontes são desvendados a cada dia, a humanidade será capaz de desenvolver políticas e estratégias de intervenção que considerem a natureza multifacetada da pobreza e que estimulem o desenvolvimento das capacidades dos próprios pobres, para incluí-los de maneira ativa, significativa e respeitosa no enfrentamento da pobreza. Isto é não somente intervir na pobreza, mas reconhecer os direitos daqueles sujeitos como seres humanos.

Embora isto não venha a acontecer de um dia para outro, também não deve demorar muitos séculos. Sim, somos capazes. Isto é o mínimo que somos capazes de fazer.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline Bertino. As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza. In: VALLA, Victor Vicent; STOLZ, Eveline Bertino Algebaile (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 77-98.

ANDRADE, Regis de Castro. Política e Pobreza no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n.19, p. 107-122, nov. 1989.

BEHRING, Elaine Rosseti. Principais abordagens da Política Social e da Cidadania. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: UnB/CEAD, 2000. Módulo 3.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BÍBLIA. Português-Inglês. **Bíblia Sagrada Português-Inglês = Holy Bible Portuguese-English**. São Paulo: Vida, 2003.

BORÓN, Atílio. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSCHETTI, I. S. F. **Assistência Social no Brasil: um direito entre Originalidade e Conservadorismo**. 2. ed. Brasília: Ed. UNB, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX o espetacular da pobreza**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRITO, Livia Madeira; SILVA, Jeane Andréia Ferraz. **As Famílias e as Condicionalidades do Bolsa-Família**. Relatório final Pibic. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006, 20p.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz. **As Múltiplas Formas de Exclusão Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em “governo paralelo da pobreza”. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 86-103, dez. 1994.

_____. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v.21, n.62, p.144-155, jul. 2000.

____. O Lugar da Família na Política Social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 13-21.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 66-90, nov. 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

____. **A insegurança social**: o que é ser protegido. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHAKRAVARTY, S.; KANBUR, R.; MUKHERJEE, D. **Population Growth and Poverty Measurement**. New York: Cornell University, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). **O sistema descentralizado e participativo da assistência social**: construindo a inclusão - universalizando direitos. Brasília: CNAS, 1997.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. Políticas públicas sociais. In: **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2002. Cap.1, p.11-25.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia estadunidense. In: CHESNAIS, François (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Bontempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. **The Conditions of the Working Class in England**. Middlesex: Penguin Books, 1987.

ESPING-ANDERSON, Gosta. O Futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 35, p. 113-137, 1995.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

GEREMEK, Bronislaw. **The Margins of Society in Late Medieval Paris**. New York: Cambridge University Press, 1987.

____. **Poverty**: a history. Oxford: Blackwell, 1997.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. **Entre a proteção, a educação e a emancipação**: análise da contribuição das Ações Complementares à Escola. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. Outro, esse alienígena. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1996.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. In: _____. **Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.165-234.

LEITE, Izildo Corrêa. **Desconhecimento, piedade e distância**: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza. 2002. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo.

_____. Políticas sociais de combate à pobreza: novos olhares, novos lugares. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 1., 2006, Vitória. **Anais...** Vitória: Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2006.

LIMA, Mário Hélio Trindade. **Exclusão Social**: Representações sociais da pobreza urbana no Brasil (1980-2000). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Melo do. **Pobreza e sociabilidade**: vivendo por um fio. São Paulo: PUC-SP, 2001.

PASTORINI, A. Ações sociais focalizadas e solidárias como subsídio das políticas sociais universais no contexto neoliberal. COLÓQUIO BRASIL/URUGUAY, 1., 2002. **Questão urbana, políticas sociais e serviço social**. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social/UFRJ, 2002.

PEREIRA, POTYARA. **As necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RAGHAVEN, Chakravarthi. World bank poverty data, methodology faulted. In: **Third World Economics**, D.C n. 268, p. 1-15 aug., 2002.

REDDY, Sanjay. **Monitoring Global Poverty**: better options for the future , 2003. Disponível em: <<http://www.carnegieconuncil.org/ciewMedia.php/prmTemplatelD/8/prmID/819>>. Acesso em: jun.2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARTI, Cynthia Anderson. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: Anchors Books, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maisa Miralva. **Condições de vida e estratégias de sobrevivência de famílias em situação de pobreza absoluta**. 2000. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2000.

SHAH, Anup. Causes of Poverty. In: GLOBAL issues. 1998. Disponível em: <<http://www.globalissues.org/TradeRelated/PovertyAroundTheWorld.asp>> Acesso em: maio 2005.

SOUSA, Maria do Socorro Alves. **A pobreza como representação: o que faz um agente social ser considerado pobre no Programa Comunidade Solidária**. 1999. Dissertação (Mestrado em Política Pública) - Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 1999.

SPOSATI, Aldaíza et. al. Cidadania e Comunidade solidária. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 16, n. 48, ago. 1998.

_____. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988

STOLZ, Eduardo Navarro. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, Victor Vicent; STOLZ, Eveline Bertino Algebaile (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SUTCLIFFE, Bob. A Converging or Diverging World? In: BAUDOT, K. S. (Org.). **Flat world, big gaps: Economic Liberalization, Globalization, Poverty & Inequality**. London: Zed Books, 2007. p. 48.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania: dilemas do Brasil Contemporâneo**. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, p.8-21, jul./dez. 1993.

_____. **Os dilemas da pobreza: entre a cidadania e a filantropia**. [S.l: s.n], [199-?]. 26p. Apostila.

UNITED STATES OF AMÉRICA. Department Of Health & Human Services. **The 2005 HHS Poverty Guidelines: one version of [U, S.] Federal Poverty Measure**. Disponível em: <<http://www.aspe.hhs.gov/poverty/05poverty.shtml>>. Acesso em: maio 2005.

U.S. CENSUS BUREAU. **Poverty: 2003 Highlights**. 2005. Disponível em: <<http://www.census.gov/hhes/www/poverty/poverty03/pov03hi.html>>. Acesso em: maio 2005.

VALLA, Victor Vincent. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, Victor Vicent; STOLZ, Eveline Bertino Algebaile (Orgs.). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.]

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil**: de Getúlio a Geisel 1951 a 1978. São Paulo: Cortez, 1985.

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, SP, ano XXIII, n. 71, p. 45-62, 2002.

____ (org.). **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004, p. 109-125.

VON MISES, L. **Uma crítica ao Intervencionismo**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1977.

WEISBROT, Mark; BAKER, Dean; ROSNICK, David. The Scorecard on Development: 25 Years of Diminished Progress. In: BAUDOT, K. S. (Org.). **Flat world, big gaps**: Economic Liberalization, Globalization, Poverty & Inequality. London: Zed Books, 2007. p. 24-47.

WOODWARD David; SIMMS, Edward. Growth is failing the poor: the unbalanced distribution of the benefits and costs of global economic growth. In: BAUDOT, K. S. (Org.). **Flat world, big gaps**: Economic Liberalization, Globalization, Poverty & Inequality. London: Zed Books, 2007. p. 130-158.

WORLD BANK. **World Development Indicators 2005**. Disponível em: <<http://web.Worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/DATASTATISTICS/OcontentMDK:20523710~HIPK:1365919~menuPK:64133159~pagePK:64133150~piPK:64133175~theSitePK:239419,00.html>> . Acesso em: maio 2005.

WORLD BANK. **2005 World Development Indicators**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/data/wdi2005/pdfs/Table_2_5.pdf>. Acesso em: 5 maio 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após 10 anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.77, p. 22-47, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

____. A Política Social Brasileira nos Anos 90: a refilantropização da Questão Social. **Cadernos Abong**, São Paulo, p.7-18, 1995.

ZIONI, Fabiola. Exclusão Social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, v.15, n. 3, p. 15-29, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.apsp.org.br/saudesociedade/index.htm>>. Acesso em: jul. 2007.